



Câmara de Vereadores - Sant'Ana do Livramento/RS
Gabinete - Vereadora
JULIANA LEMOS PRATES

Ao Exmo. Sr.

Antônio Zenair Malgarejo Dávila

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

MOÇÃO

Moção de protesto à morte do cão comunitário Orelha, decorrente da prática de maus-tratos contra animais, com apelo à responsabilização dos envolvidos e à atuação efetiva do Poder Público.

A Vereadora signatária, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no Art. 120 da Resolução 1252/16, vem, por meio deste, apresentar Moção de protesto à morte do cão comunitário Orelha, decorrente de atos de crueldade e da prática de maus-tratos contra animais, com apelo à responsabilização dos envolvidos e à atuação efetiva do Poder Público.

JUSTIFICATIVA

Nesta data de 04 de fevereiro, completa-se um mês da morte do cão Orelha, animal comunitário brutalmente vitimado por atos de extrema crueldade praticados por adolescentes no Estado de Santa Catarina, fato ocorrido na região da Florianópolis e que gerou ampla comoção social em todo o país.

Orelha não era apenas um cão em situação de rua. Era um animal comunitário, cuidado e reconhecido por moradores, símbolo de convivência pacífica, afeto e confiança, cuja trajetória refletia a relação de cuidado coletivo

que muitas comunidades estabelecem com animais que, embora não possuam tutor individual, integram o espaço urbano e o cotidiano das pessoas. Sua morte violenta expôs, de forma chocante, a banalização da crueldade, a falha na prevenção e a necessidade urgente de respostas institucionais mais firmes.

A presente Moção de protesto e repúdio expressa a mais profunda reprovação a qualquer forma de maus-tratos contra animais, conduta que não afronta apenas a legislação vigente, mas princípios éticos fundamentais de respeito à vida alheia, revelando indiferença absoluta ao sofrimento e anulação da sensibilidade em relação a seres sencientes, vulneráveis e incapazes de oferecer defesa ou resistência. Trata-se de prática incompatível com os valores que distinguem a condição humana daquela atribuída aos animais desprovidos de racionalidade, valores que se fundam na empatia, na razão, no cuidado e na convivência civilizada.

Tais atos representam um retrocesso a estágios primitivos de organização social, nos quais ainda não se reconhecia o dever mínimo de respeito mútuo em sociedade. A violência contra animais não pode ser relativizada, tampouco tratada como fato isolado ou de menor relevância social, pois revela traços de desumanização que preocupam toda a coletividade. Espera-se que os fatos sejam devidamente apurados, com a responsabilização efetiva dos envolvidos, como forma de justiça ao animal vitimado e de afirmação do caráter pedagógico da lei, essencial para prevenir a repetição de condutas semelhantes.

Ao mesmo tempo, o episódio impõe uma reflexão necessária sobre o papel do Poder Público na formulação e execução de políticas públicas eficazes de proteção animal. É dever do Estado envidar esforços contínuos para coibir atos de maus-tratos, estruturar mecanismos de fiscalização, aplicar sanções administrativas quando cabíveis e atuar de forma integrada com os demais órgãos de segurança e proteção ambiental, em defesa da fauna. Nesse contexto, impõe-se reconhecer que nosso Município ainda se mostra atrasado, despreparado e insuficientemente comprometido com a causa da proteção animal, especialmente no que diz respeito à atuação dos órgãos que detêm

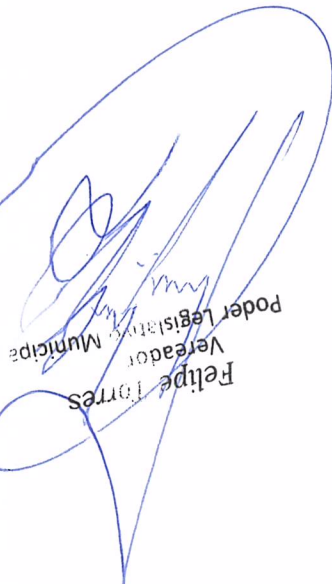
dever legal de agir diante de situações de maus-tratos. A ausência de estrutura, protocolos claros, fiscalização efetiva e políticas permanentes contribui para a perpetuação da impunidade e da negligência.

Diante disso, esta Moção não se limita à manifestação simbólica de inconformismo, mas reafirma o compromisso desta Casa Legislativa com a defesa da vida, da dignidade animal e dos valores que sustentam a convivência civilizada. Que a memória do cão Orelha sirva não apenas como lembrança de um episódio lamentável, mas como marco para o fortalecimento de ações concretas, preventivas e integradas, capazes de assegurar que atos de crueldade não sejam tolerados, relativizados ou esquecidos.

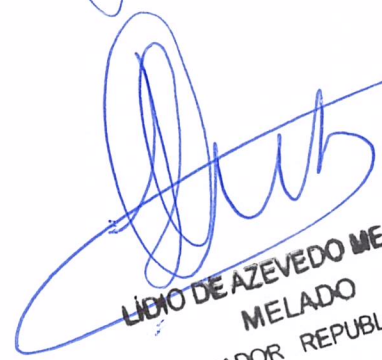
Sant'Ana do Livramento, RS, 04 de fevereiro de 2026.


Rafael de Castro
Vereador PSB
Poder Legislativo Municipal


JULIANA LEMOS PRATES
Vereadora


Felipe Torres
Vereador
Poder Legislativo Municipal

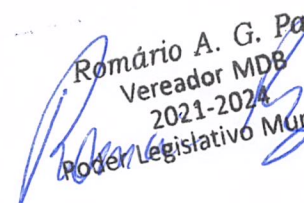

Alexandra Mendes
VEREADORA
PODEMOS
Poder Legislativo Municipal


**LIDO DE AZEVEDO MENDES
MELADO**
VEREADOR REPUBLICANOS


Leandro Ferreira
VEREADOR


Aluísio
Vereador REPUBLICANOS
Poder Legislativo Municipal


ANTONIO ZENOIR D'AVILA
PRESIDENTE
2026
Poder Legislativo Municipal
Sant'Ana do Livramento/RS


Romário A. G. Paz
Vereador MDB
2021-2024
Poder Legislativo Municipal